EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE - SC

Leilão: 24/NOVEMBRO/2017 - 10h00min - A quem mais ofertar, desde que não inferior a 50% da avaliação.
Local: Rua Do Príncipe, 31, (Átrio do 4º Andar do Fórum Trabalhista), Centro, Joinville/SC.

SANDRO LUIS DE SOUZA, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCESC sob n°. AARC/220, devidamente autorizado pela **Exma. Sra. Dra. TATIANA SAMPAIO RUSSI**, Juíza do Trabalho da 2ª Vara Trabalhista de Joinville/SC, venderá em público **LEILÃO,** na modalidade presencial, conforme preceitua o art. 888, § 1°, da CLT, em dia, hora e local acima citado, os bens penhorados a seguir relacionados:

01 – Processo Eletrônico: 0001313-31.2013.5.12.0050
Autor: Emerson Roberto Jacinto
Réu: Andrade Comunicação Visual e Acrílicos Ltda. ME e outros (2)
Bens: 01) Caminhão VW/7.90S placas BKO 3674, ano e modelo 1992, RENAVAM 604809492, cor branca, diesel, em funcionamento, **avaliado em:** R$ 33.800,00 em 08/03/2016. **Depositário:** Solange Teresinha Pereira de Andrade. **Vistoria:** Rua Porto Rico, 198, Floresta, Joinville/SC.

02 – Processo: 0001701-02.2014.5.12.0016
Autor: Elizete Cardozo Polizeli
Réu: Kenzi Indústria, Comércio e Montagem de Móveis Ltda. ME; Antônio Carlos Amancio, Fabiana Amancio dos Santos
Bens: 01) Lixadeira artesanal com 7,2m em razoável estado de conservação, **avaliado em:** R$ 2.000,00 em 06/10/2016; **02)** Esquadrejadeira, marca Verry Styll, nº de série 18528, com comprimento 2.800mm, com eixo inclinado, **avaliado em:** R$ 5.000,00 em 06/10/2016; **03)** Serra de fita, fabricação artesanal, com 60cm, de diâmetro, com comprimento da serra 4,00m (em ferro), **avaliado em:** R$ 2.000,00 em 06/10/2016; **04)** Compressor Pressure 20/350 5HP, em razoável estado de conservação, **avaliado em:** R$ 3.500,00 em 06/10/2016; **05)** Tupia artesanal, motor 2CV, em razoável estado, **avaliado em:** R$ 1.500,00 em 06/10/2016; **06)** Policorte, marca Motomil, de bancada, **avaliado em:** R$ 1.000,00 em 06/10/2016; **07)** Tupia copiadora, marca Maiola, pneumática, **avaliado em:** R$ 5.000,00 em 06/10/21016. **Total da avaliação** R$ 20.000,00. **Depositário:** Anderson Marcelo Barbosa. **Vistoria:** Rua Avencal, 867, Joinville/SC.

ADVERTENCIAS: O(s) bem(ns) será(ão) arrematado(s) à vista ou mediante sinal de 20% (vinte por cento) no ato da arrematação, (art. 888, § 2º da CLT), e o saldo em até 24 (vinte e quatro) horas, (art. 888 § 4° da CLT). Na ocasião do leilão, o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) pela melhor oferta, (art. 888, § 1º da CLT), desde que não seja caracterizado preço vil, (art. 891 § único do NCPC). De acordo com Resolução 203 de 15/03/2016 do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que edita a Instrução Normativa 39/2016, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá apresentar, por escrito, em conformidade com o artigo 895 do NCPC: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos

ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. § 6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. § 7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. § 8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. § 9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado. Os honorários de Leiloeiro serão pagos à vista, na razão de 5% (cinco por cento) e correrá por conta do comprador em caso de arrematação. Havendo adjudicação os honorários do Leiloeiro serão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação a ser quitada pelo exeqüente. No caso de pagamento da execução, formalização de acordo, ou se o leilão for designado unicamente para satisfação de despesas processuais, o executado arcará com os honorários/despesas do Leiloeiro, a serem fixadas pelo Juízo. Incide taxa de armazenagem sobre o(s) bem(ns) removido(s) ao depósito do Leiloeiro, que será quitada pelo comprador no ato do arremate. Eventuais ônus existentes sobre os bens levados a leilão deverão ser verificados pelos interessados junto aos órgãos competentes. É de inteira responsabilidade do adquirente o pagamento de despesas de transferência de veículos, bem como de eventuais débitos em aberto junto ao DETRAN; da mesma forma, fica responsável pela quitação de valores existentes relativos à alienação fiduciária e, no caso de imóveis, pelo pagamento do ITBI e demais despesas de transcrição, além de taxas em atraso, tais como condomínio (inclusive chamadas de capital), marinha (SPU), energia elétrica, água, etc. Restando negativo o Leilão, o(s) bem(ns) será(ão) oferecido(s) em venda direta pelo prazo fixado pelo magistrado, ficando desde já intimadas as partes, (art. 888, § 3º da CLT e art. 73, do Provimento CR nº 04/2005, do TRT/12ª Região). Caso os executados, seus cônjuges se casados forem, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada, o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada, a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, que não sejam encontrados ou cientificados por qualquer razão, quando da expedição da respectiva notificação, valerá o presente como ***Edital de Notificação*** **de Praça/Leilão**, segundo estabelecem o (artigo 889 § Único do NCPC) e (art. 889, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do NCPC), para todos os atos aqui mencionados, caso encontrem-se em lugar incerto e não sabido ou não venham a ser localizadas pelo Senhor Oficial de Justiça, suprindo, assim, a exigência contida no **(art. 889 § único do NCPC).** Maiores informações com o Leiloeiro Oficial Nomeado: **SANDRO LUIS DE SOUZA**, matrícula JUCESC AARC/220, telefones: 47.3436.5050 / 47.3028.5050, site www.santacatarinaleiloes.com.br, e-mail sandro@scleiloes.com.br. **Exma. Sra. Dra. TATIANA SAMPAIO RUSSI,** Juíza do Trabalho da 2ª Vara Trabalhista de Joinville/SC.

SANDRO LUIS DE SOUZA
Leiloeiro Oficial

MMA. Juíza do Trabalho